



# MUNICIPIO DE ALCÁCER DO SAL

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Sessão de 18 de dezembro de 2014)

### Moção

#### PELA DEFESA DAS ÁGUAS PÚBLICAS, DE TODOS E PARA TODOS OS CIDADÃOS!

No momento atual, é crucial assegurar em Portugal a universalidade do direito humano fundamental à água e ao saneamento, bem como a proteção das funções da água (sociais, ecológicas e económicas) e a continuidade da sua fruição como bem comum essencial à vida e a todas as atividades produtivas.

Privatizar ou concessionar um bem que é público sem garantias de uma gestão, igualmente, pública, torna a água e os recursos do subsolo bens no mercado e, por isso, suscetíveis do lucro. A maioria PSD/CDS-PP propôs, em setembro de 2011, a Águas de Portugal no plano de privatizações para, em março de 2012, na 3ª atualização, em face da contestação, optar pela concessão do Grupo, relativamente à qual a crítica se mantém.

Na essência a discussão é sobre a necessidade do Estado assumir as suas responsabilidades na prossecução do interesse público relativamente a um bem único e fundamental: a Água!

Se é verdade que nos últimos vinte anos, a evolução do acesso e qualidade de serviços prestados permitiu que 95% dos portugueses passassem a dispor de serviços de abastecimento público de água, 99% da água controlada e de boa qualidade, 80% das águas residuais urbanas são tratadas, também é verdade que nos últimos 20 anos, sucessivos governos atacaram a autonomia do poder local nesta área.

O Governo tenta promover uma reforma do setor das águas alinhada com objetivos de privatização, em torno da agregação dos atuais 19 sistemas multimunicipais em 5

sistemas de maior dimensão, maximizando ganhos de escala e de gama com cinco sistemas mais apetecíveis para o setor privado, claro está.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em sessão ordinária, exige que o Governo PSD/CDS abandone a política que pretende transformar a água e o serviço público num negócio altamente lucrativo para o setor privado que implica custos gravosos e que, a pretexto de uma reestruturação do setor da água, retira competências às autarquias - desde a definição tarifária à quase obrigatoriedade de fusão das empresas multimunicipais de água e saneamento em grandes unidades empresariais, para serem, posteriormente, subconcessionadas o que corresponde, verdadeiramente, a uma “fraude” à Constituição e aos valores de abril!

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal manifesta a sua rejeição relativa ao reforço de poderes da entidade reguladora - ERSAR e da proposta de regulamento das estruturas tarifárias.

A enviar: Ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro do Ambiente, da Energia e do Ordenamento do Território, ao Ministro-Adjunto (com a tutela das autarquias locais), a todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), à Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), à Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, à Associação de Municípios da Região de Setúbal, à comunicação social.

**Esta Moção foi aprovada por unanimidade na sessão da Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2014.**